



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

ASSOCIAÇÃO NOVA ESPERANÇA PARA AS FAMÍLIAS ANGOLANAS
PROJETO COM INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO SOCIAL

Zilma Irina Veloso do Amaral

Projeto apresentado ao Instituto Politécnico do Porto para obtenção do Grau de Mestre em
Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientador: Professor Óscar Bernardes

Co-Orientador: Professor Elizeu Vunge

Julho de 2022

Dedicatória

Logo pela madrugada preparo o almoço do marido, porque é de cedo que se vai para a lavra, também tenho que sair com as crianças e vender as hortaliças para termos alguma coisa para jantar.

Nesta caminhada, o objetivo é vender alguma coisa, para não faltar comida na mesa.

Corrida... Polícia! Polícia!

Há dias turbulentos, se não vendemos, aparece um gatuno ou é a própria polícia a nos impedir de ganhar o nosso pão.

Mas quando voltamos com as coisas e não vendemos nada, a vizinha Maria dá um bocado de arroz, na Rosita tem tomate e vamos aproveitar com o feijão que sobrou de ontem.

Quem sabe amanhã vamos fazer outra refeição, a esperança é sempre de termos o que comer.

Não amamos o empreendedorismo, o sol é forte, a criança chora e nessas andanças não tenho água para lhe dar, mas precisamos de caminhar, para não morrermos de fome.

Com essa ilustração dedico este projeto a todas empreendedoras angolanas que tornam da venda nas ruas a fonte de renda para sua família.

Agradecimentos

Primeiro agradeço a Deus pelo dom da vida e por tudo o que tem me permitido viver, em especial pelo seu plano para minha vida, que não causa danos mas que tem me concedido paz e alegria.

Também sou grata a minha família que com muitos esforços tem lutado para o meu bem estar e a minha formação, especialmente a minha mãe Manuela Veloso e o meu Pai Francisco Nelembe.

Quero agradecer a minha avó Cecilia Safa por ter me preparado para o mundo, facto que contribuiu para a minha adaptação em território português, por toda sua exigência que me tornou numa mulher dinâmica. Também aos meus avôs Orlando e Sandra Veloso por todo o suporte que me concederam ao longo da formação.

Gratifico também o meu noivo Onélio do Nascimento pela compreensão, cumplicidade, companheirismo e por tudo o que temos vivido.

Apraz-me também agradecer ao meu Orientador Óscar Bernardes pela atenção, paciência e também por me levar a compreender que não é impossível alcançar os meus sonhos, de forma que estimulou os meus pensamentos, isso que me permite sonhar mais alto. Ao co-orientador Elizeu Vunge pela confiança e suporte para a elaboração deste projeto.

Agradeço aos meus amigos pelo suporte e por todas as formas que me encorajaram a não desistir, em especial a Arletys Nuñez, Andressa da Fonseca, Vanuza Victorino, Valdir Jongolo, Eliete Borges, Sandra Pedro, Walter Guimarães, Zeferino Pintinho.

Estendo este agradecimento a todos os meus parentes (família Safa, Veloso, Nelembe e Amaral), membros do JP, MMF e todos os meus amigos que têm velado pelo meu sucesso académico e profissional.

De forma especial também sou grata a todos os autores citados neste trabalho, que contribuíram para a revisão da literatura e de bases fundamentais para a realização deste projeto.

Resumo

O presente trabalho de projeto surge da problemática social vivenciada em Angola, devido à crise económica que estimula a pobreza. O projeto é desenvolvido no sector social e tem por intuito promover a inclusão através da educação, com a capacitação e participação de adultos que desenvolverão projetos para corresponder as suas necessidades locais.

Com este projeto levaremos a inovação e formação de executivos na área rural, de modo que possam contribuir para desenvolvimento e crescimento económico da comunidade, com base na formação profissional, que lhes permitirá ter acesso aos seus direitos e deveres enquanto angolanos.

Este projeto teve como metodologia o estudo de caso, através da pesquisa bibliográfica e análise de relatórios do estado angolano. Com esses dados foi possível aprofundar e validar informações sobre a situação socioeconómica de Angola como fonte para explicar a problemática, que é a pobreza na área rural e a desigualdade social, sendo que nem todos os cidadãos angolanos têm a oportunidade de estudar e facto que é de maior necessidade na área rural, também permite-nos analisar a reforma do executivo de Angola e os investimentos para o sector social. Sendo que trago como solução para essa problemática a educação social, tema que é incentivado e aplicado por instituições parceiras do executivo de Angola, como a União Europeia e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Por fim a explanação do projeto, como um dos meios para a corresponder a necessidade da população.

Palavras chave: Educação Social, Formação Profissional, Projetos, Executivos.

Abstract:

The present project work arises from the social problems experienced in Angola, due to the economic crisis that stimulates poverty. The project is developed in the social sector and aims to promote inclusion through education, with the empowerment and participation of adults who will develop projects to meet their local needs.

With this project, we will bring innovation and training to executives in the rural area, so that they can contribute to the development and economic growth of the community, based on professional training, which will allow them to have access to their rights and duties as Angolans.

This project's methodology was the case study, through bibliographic research and analysis of reports from the Angolan state. With these data, it was possible to deepen and validate information about the socioeconomic situation of Angola as a source to explain the problem, which is poverty in rural areas and social inequality, given that not all Angolan citizens have the opportunity to study and a fact that is most needed in the rural area, also allows us to analyze the reform of the Angolan executive and the investments for the social sector. As a solution to this problem, I bring social education, a theme that is encouraged and applied by partner institutions of the Angolan executive, such as the European Union and the IMF (International Monetary Fund). Finally, the explanation of the project, as one of the means to meet the needs of the population.

Keywords: Social Education, Professional Training, Projects, Executives.

Índice

1	Introdução.....	1
2	Revisão da Literatura	3
2.1	Situação Socioeconómica de Angola	3
2.1.1	Avaliação do Desempenho do Executivo Angolano	7
2.1.2	Evolução do impacto dos choques da Covid-19.....	10
2.1.3	Investimento do Executivo para o Sector Social em 2021	11
2.1.4	Orçamento para o Sector Social em 2022	14
2.2	Cooperação Internacional e da União Europeia	14
2.2.1	Áreas Prioritárias da cooperação	15
2.3	Educação Social.....	17
2.4	Projeto Social.....	19
3	Metodologia.....	20
3.1	Metodologia para implementação do projeto social.....	20
4	O Projeto “ANEFA”	22
4.1	Conceito.....	22
4.2	Fases de implementação	24
4.3	Missão.....	25
4.4	Visão.....	25
4.5	Valores.....	25
4.6	Logotipo	26
4.7	Descrição do Serviço	26
4.8	Público Alvo	26
4.9	Objetivo do Projeto: Geral e Específicos	26
4.10	Meios de Comunicação	27
4.11	Quadro de Metas e Ações.....	27

4.12	Equipe e Parcerias	29
4.13	Cronograma	30
4.14	Orçamento	33
4.15	Viabilidade do Projeto	34
5	Formulário de apresentação do pedido de subvenção UE.....	37
5.1	Resumo da ação	37
5.1.1	Descrição da ação	39
5.2	Pertinência da ação	40
5.2.1	Pertinência em relação aos objetivos/setores/temas/prioridades específicas do convite à apresentação de propostas.....	40
5.2.2	Pertinência em relação às necessidades e limitações específicas do(s) país(s) ou da(s) região(ões)-alvo e/ou dos setores relevantes (designadamente, sinergias com outras iniciativas da UE e ausência de duplicação)	42
5.2.3	Descrição e definição dos grupos-alvo e dos beneficiários finais, das suas necessidades e condicionalismos e da forma como a ação os abordará.....	42
5.2.4	Elementos específicos de valor acrescentado	43
6	Conclusão	45
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

Índice de Tabelas

Quadro de metas 1	29
Plano de Ação 1	32
Plano de Ação 2	32
Quadro de Atividades 1	33
Tabela do Orçamento 1	34
Resumo da Ação- UE 1	38

1 Introdução

O presente trabalho apresenta o projeto com a descrição ANEFA (Associação Nova Esperança para as Famílias Angolanas) que tem a sua intervenção na educação social, com o intuito de capacitar jovens/ adultos maiores de 17 anos que residem em Angola, especificamente na área rural. Com o projeto estaremos a formar jovens/adultos para que se tornem capazes de desenvolver outros projetos ou pequenas e médias empresas que correspondam a necessidade da sua comunidade local.

A escolha desta solução surgiu da necessidade de colmatar a pobreza em Angola, com a análise do impacto causado pela crise económica, é habitual que a sociedade civil de forma aleatória junte bens para doar e conceder as famílias desfavorecidas. Ao longo das pesquisas para elaborar este trabalho percebemos que o maior índice de pobreza em Angola está alocado na área rural e que a comunidade tem privações como para saúde, alimentação, educação e etc.

Quando falamos de apoio social é normal que passe pela cabeça num apoio em espécie (comida, roupa, etc.) ou financeiro, mas diante de todos estes acontecimentos procuramos trazer para intervenção social a educação, com a formação profissional em Gestão e Marketing. De forma que cada formando se torne um cidadão ativo, por trabalhar por conta de outrem ou por trabalhar por conta própria.

Para a criação do projeto ANEFA, apresentamos o contexto literário que demonstra a pertinência social, económica para comprovar a importância do projeto. Na primeira parte do projeto apresenta-se a situação socioeconómica de Angola, sendo que há uma crise económico-financeira em Angola, que está ligada a inicial dependência das receitas originadas pelo petróleo, sendo que não havia investimentos significativos em outros sectores para sustentabilidade da economia. Além da grave crise económica também há desigualdades extremas, uma em cada duas pessoas vive abaixo do limiar de pobreza internacional, o surto da pandemia Covid-19 em 2020 também influenciou para o aumento do agravamento da crise.

Na segunda parte analisamos parte das reformas feitas pelo Executivo de Angola, para tentar reduzir a necessidade da população, observamos as prioridades, a distribuição das despesas do OGE (Orçamento Geral de Estado) e as parcerias internacionais que suportam o trabalho do Executivo. Vemos uma recuperação gradual em relação ao impacto da Covid-19, com os métodos de prevenção e as campanhas de vacinação.

Analisamos o OGE (Orçamento Geral de Estado) e compreendemos que nos últimos 2 o Sector Social passou a ter a despesa com o maior orçamento, os valores são apresentados em kz (kwanzas), sendo que 1€ equivale a 457,59kz (câmbio do dia 01 de Julho de 2022).

Na terceira parte abordamos sobre os projetos sociais que contribuem para a criação e organização de ações que transformem uma determinada realidade social. Também a metodologia de projetos que nos apresenta uma possibilidade educacional, sendo que nos permite realizar o trabalho em grupo.

Por fim a apresentação do projeto ANEFA, sua forma de implementação e estratégia de apoio social, com o subsidio concedido as famílias, o fornecimento da formação para que tornem os cidadãos da área rural ativos, que se tornem capazes de se autossustentar e contribuam para o desenvolvimento da sua comunidade.

2 Revisão da Literatura

2.1 Situação Socioeconómica de Angola

Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social, (Santos, 2010).

Apenas 13.0% da população com 18-24 anos completou o II ciclo do ensino secundário e 2.5% da população com 24 ou mais anos possui formação superior. Os resultados definitivos pelo Censo de 2014, mostram que em 16 de maio de 2014, a população residente em Angola era de 25 789 024 habitantes, dos quais 12 499 041 do sexo masculino (48% da população total residente) e 13 289 983 do sexo feminino (52% da população total residente). O número médio de pessoas por agregado familiar é de 4.6, na sua maioria os agregados familiares são chefiados por homens 62%, enquanto que as mulheres chefiam somente 38%, (INE, 2014).

A crise económico-financeira em Angola, está intrinsecamente ligada ao problema da “pendência do petróleo”, o país durante vários anos se acostou, esquecendo-se de diversificar as fontes de financiamento da sua economia. Em abono da verdade, e para termos noção do quanto peso tem este mineral nas finanças públicas angolanas, vale dizer que, 95% das receitas fiscais necessárias para a elaboração do Orçamento Geral de Estado proviam do petróleo. O mesmo que dizer, que a economia angolana, está construída à volta do petróleo. E, olhando para esta realidade, qualquer leigo na matéria de economia, finanças e fiscalidade, pode antever e concluir que qualquer alteração na cotação do petróleo, provoca o desmoronamento de toda a estrutura macro e microeconómica, acarretando consigo consequências fortíssimas nas relações da vida social e nas relações privadas, (Kossengue, 2018).

Alguns pontos do impacto causado pela crise sobre a sociedade e em particular sobre os consumidores, (Kossengue, 2018):

- **Custo de vida:** os consumidores têm vindo a lutar e a debater-se nos quatro anos de crise com o fenómeno do aumento do custo de vida gritante, que em contrapartida gerou a diminuição do poder de compra das famílias;
- **Cesta básica:** apesar de ser a primeira medida do Estado, durante estes anos, dar alta prioridade a importação dos produtos da cesta básica, ainda assim, verifica-

se ano após ano, mês a mês, o aumento exponencial dos preços dos produtos da cesta básica e das taxas de consumo;

- **Bancos comerciais:** os bancos mantiveram as taxas de juros nos primeiros meses da crise, mas impuseram aos clientes limites diários de levantamento da moeda nacional, sobretudo nos bancos públicos e houve ainda, a proibição e imposição de enormes burocracias para o levantamento da moeda estrangeira, e as transferências ficaram gravemente inviabilizadas o que prejudicou de que maneira a vida dos cidadãos;
- **Especulação de preços:** com a crise, despoletou-se também o mecanismo de aproveitamento e oportunismo comercial, levada a cabo pelos comerciantes, fornecedores, revendedores, grossistas e retalhistas com vista a obtenção do lucro fácil devido a escassez dos bens e serviços. A especulação dos preços por agentes comerciais baseou-se, segundo eles, na justificação da dificuldade do acesso aos cambiais por via oficial bancária, sendo o mercado paralelo o único recurso e fonte para a aquisição das moedas, e por outro lado, devido às dificuldades de importação. Muitos preços chegaram a ultrapassar os 100% do valor tido como normal;
- **Depreciação salarial:** mesmo que o executivo não tenha feito a redução oficial dos salários, a força do aumento exponencial da inflação e a escassez de produtos da cesta básica, provocaram a derrocada do poder de compra dos consumidores. Consequência principal refletiu-se na dificuldade de poupança e na manutenção do salário para realização de despesas preponderantemente alimentares;
- **Aumento das taxas de serviços básicos:** verificou-se o agravamento das taxas dos serviços de água, luz, gás, telecomunicações e transportes, que passaram a ser suportados pelos consumidores, constituindo assim para estes, um verdadeiro sufoco nas suas balanças de pagamentos familiares;
- **Ensino privado e público:** deu-se o aumento das taxas de propinas no ensino privado e público, causando conseqüentemente, desistências e abandono escolar. As escolas privadas com base na justificação da elevação geral do custo de vida causado pela crise, subiram especulativamente os preços das propinas com aumento até 200%;
- **Telecomunicações:** pela sua finalidade, as telecomunicações têm uma importância fundamental devido ao papel que eles desempenham concretamente na coesão social e na garantia da qualidade de vida das populações. Os contratos

de prestação de serviços de telecomunicações não ficaram poupados do impacto da crise. Tal facto, obrigou as operadoras, a procederem à modificação dos preços ou das tarifas praticadas anteriormente, com base na justificação da desvalorização da moeda nacional, escassez de divisas e aumento dos custos operativos, de modo a se ajustar as tarifas ao contexto económico em que se vive no país;

- **Transportes:** com o surgimento da crise, em 2014, o sector privado dos transportes reagiu imediatamente com a medida de revisão dos preços de transportação de pessoas e bens, influenciada pela atualização e subida dos preços dos derivados do petróleo (gasolina, gásóleo e outros) feita pelo executivo angolano, nos primeiros dias dos anos 2015 e 2016. Na base da subida, o executivo justificou ter chegado a altura do Estado deixar de subvencionar aqueles derivados para a garantia das despesas públicas. A partir de então, as transportadoras de transportes terrestres começaram a praticar quase que “preços livres”.

De acordo com a teoria da *resource curse*, países pobres com grandes reservas de recursos naturais, em particular crude, grande parte das vezes não atingem um crescimento económico sustentado devido à dimensão e volatilidade das receitas do petróleo que são encorajadoras da corrupção, da má gestão e de governos autoritários que falham em investir no futuro e zelar pelo bem-estar da maioria da população, (Hammond, 2011).

Em países como Angola, com capital relativamente escasso e com elevada necessidade de infraestruturas sociais e incompleto acesso aos mercados de capitais internacionais, a taxa de poupança das receitas de recursos naturais, será melhor alocada no pagamento de dívida existente, no investimento em ativos domésticos e na formação de capital humano, (Venables & Wills, 2016).

Uma outra questão problemática é a necessidade urgente de aumentar a rede de assistentes, educadores e ativistas sociais, garantindo a sustentabilidade futura destes quadros, via formação contínua e remuneração adequada e sustentável. Uma possível fonte de financiamento desses quadros sem os quais não se conseguirá reduzir a pobreza quer a nível individual, quer a nível familiar e comunitário, poderá ser o Programa de Combate à Pobreza, (UNICEF, 2018).

A gestão da ação social está, como sector, bastante fragmentada. Os programas de assistência social são geridos ao nível central, quando deveriam ser descentralizados para

o nível do município, o qual tem uma maior proximidade à procura e maior potencial para responder aos problemas diários dos cidadãos. Ainda que o processo de descentralização esteja numa fase embrionária e enquanto os municípios procuram fortalecer a capacidade de planificar adequadamente as suas intervenções, esta é uma oportunidade para que os recursos do OGE possam ser descentralizados, de modo a fortalecer as capacidades e o papel da ação social a nível municipal, (UNICEF, 2018).

O país confronta-se com uma grave crise económica e desigualdades extremas, uma em cada duas pessoas vive abaixo do limiar de pobreza internacional de 1,90 dólares por dia. Desencadeada pelo surto da pandemia Covid-19 e pela exposição a eventos climáticos recorrentes, em 2020 a economia registou a sua pior contração nos últimos 40 anos e o Produto Interno Bruto (PIB) real caiu 5,2%, exacerbando uma recessão que começou em 2014. Esta recessão prolongada deve-se principalmente ao declínio da produção de petróleo, preços mais baixos, menor procura e um compromisso global para reduzir os gases com efeito estufa, realçando ainda mais a importância da diversificação económica, (PIP, 2021).

As dimensões da educação e da qualidade de vida contribuem, em conjunto, para explicar quase 70% da pobreza multidimensional no país. Como mostra a taxa de privação do Instituto Nacional de Estatística (INE), censurada de cada indicador, a proporção de pessoas que são multidimensionalmente pobres e são privadas em registo civil, nutrição, anos de escolaridade e frequência escolar é elevada. Estes resultados levam a refletir sobre a complexidade do fenómeno da pobreza e as interligações que existem entre os sectores no sentido de maior aproveitamento das sinergias entre o sector da educação, a saúde e a geração do emprego, entre outras, (INE, 2020).

Na área urbana a taxa de incidência da pobreza multidimensional é de 35%, cerca de uma em cada três pessoas é pobre multidimensional na área rural cerca de 88% da população vive em pobreza multidimensional, ou seja, quase 9 em cada 10 pessoas. É possível também concluir que a população que vive na área rural experimenta uma maior taxa de intensidade da pobreza, sendo que estas pessoas em média sofrem privações em mais da metade dos indicadores simultaneamente. Com base nesses resultados, e em linha com o princípio da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” é recomendável adaptar políticas económicas e sociais orientadas a corrigir as desigualdades entre áreas urbanas e rurais, (INE, 2020).

Tanto na área rural como na urbana, os indicadores que mais contribuem para a pobreza multidimensional são: registo civil, nutrição, anos de escolaridade, frequência escolar, e cuidados de saúde materna, (INE, 2020).

No cômputo geral, e revendo a evolução da despesa pública em proteção social, verifica-se que Angola se situa abaixo das médias internacionais. Na verdade, estudos recentes revelam que a média da despesa em assistência social em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) em Angola é de 0,3%. Para uma perspetiva comparada, considere-se que a média no continente é de 1,3% e que a média do mundo é de 1,5%, (UNICEF, 2018).

Antes da crise económica provocada pela pandemia de COVID-19, a economia angolana já enfrentava um período de recessão desde 2016 marcado por desequilíbrios macroeconómicos significativos aos níveis das finanças públicas e das contas externas e desequilíbrios estruturais diversos, que têm sido corrigidos com sucesso com a implementação do Programa de Estabilização Macroeconómica iniciado em finais de 2017 e que tem contado com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) desde Dezembro de 2018, (OGE, 2021).

Os fatores subjacentes a esta vulnerabilidade incluem: a exposição ao risco cambial (quatro quintos da dívida de Angola são expressos em ou indexados a moeda estrangeira, embora a maior parte das receitas petrolíferas crie uma forte cobertura de médio prazo a choques cambiais), a exposição ao risco de taxa de juro e uma base de credores pequena, especialmente no mercado interno, (FMI, 2021).

2.1.1 Avaliação do Desempenho do Executivo Angolano

2.1.1.1 Desenvolvimento económico

O Executivo de Angola, tem criado reformas para tentar colmatar a necessidade da população, neste ponto conseguimos observar as prioridades e a distribuição das despesas do OGE. Por causa do acordo feito com o FMI, o Executivo passa por avaliações dentre eles a transparência, facto que nos tem permitido ter acesso a informações ligadas ao trabalho do mesmo.

No primeiro trimestre de 2021, a economia voltou a contrair 3,4% em termos homólogos, devido à forte contração do sector petrolífero na ordem de 18,6%, incluindo a produção de gás, no entanto, amortecida pelo crescimento do sector não petrolífero, em 5,2%, (OGE, 2021).

O desempenho positivo do sector não petrolífero no primeiro trimestre deveu-se, fundamentalmente, ao crescimento registado nos sectores “Agropecuária e Silvicultura” (4,8%), “Comércio” (29,6%), “Pescas” (29%), “Extração de Diamantes” (27,9%), “Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória” (2,9%) e “Serviços de Imobiliários e Aluguer” (2,9%), apesar de alguns sectores terem registado contração, como a “Construção” (-31,5%), “Indústria Transformadora” (-3,7%), “Transportes” (-15,6%), “Correios e Telecomunicações” (-5,8%) e “Intermediação Financeira e de Seguros” (-9,9%), (OGE, 2021).

Os dados mais recentes das Contas Nacionais, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), apontam para sinais mais animadores de recuperação económica, com o PIB real a registar no segundo trimestre de 2021 um crescimento de 1,2%, em termos homólogos, justificado exclusivamente pelo crescimento do sector não petrolífero na ordem dos 6,9%, suficiente para compensar a queda do sector petrolífero, incluindo o gás natural, em cerca de 12,3%, (OGE, 2021).

O comportamento positivo esperado para o Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero é resultado dos prognósticos feitos em termos de crescimento dos sectores das Pescas e Derivados (33,0%), Serviços Mercantis (6,8%), Energia (5,0%), Agricultura (4,6%), Indústria Transformadora (2,0%), bem como do crescimento esperado para o sector Público Administrativo (1,9%), (OGE, 2021).

Até ao final de setembro de 2021, a moeda nacional apreciou-se face ao dólar norte-americano em 9,52%, situando-se em USD/AOA 599,17, evidenciando desde já, a estabilidade que se vive no mercado cambial, (OGE, 2021).

Prevê-se que, no geral, as receitas não petrolíferas permaneçam estáveis em relação ao PIB não petrolífero, uma vez que o efeito anual das medidas aplicadas no final de 2020 compensa os reembolsos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) acima do esperado à medida que o imposto amadurece. A despesa primária em relação à produção deverá diminuir, uma vez que uma redução na despesa de investimento público (para o seu nível de 2019) compensará a despesa adicional esperada em vacinas contra a Covid-19 (0,3% do PIB) e contratações na educação e saúde. O respetivo ajustamento orçamental de 0,7 pontos percentuais do PIB gerará um Défice Orçamental Primário Não Petrolífero (DOPNP) de 4,8% do PIB, (FMI, 2021).

O rácio da dívida pública/PIB, que atingiu um pico de cerca de 135% do PIB em 2020, deveria ter começado a cair rapidamente em 2021. A manutenção da atual contenção orçamental ajudará a sustentar uma rápida redução da dívida a médio prazo ao abrigo dos pressupostos de base. Este ritmo permitirá a Angola atingir o seu objetivo de longo prazo de 60% do PIB até 2027 e baixar as Necessidades Brutas de Financiamento (NBF) para menos de 8% do PIB a longo prazo. A dinâmica da dívida pública permanece, porém, altamente vulnerável a choques exógenos e internos, incluindo quedas dos preços e da produção de petróleo, crescimento não petrolífero lento, depreciação cambial e enfraquecimento da política orçamental, (FMI, 2021).

As autoridades mantêm os seus esforços de adesão à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE). Além disso, a Sonangol está a tentar aderir à *Trace International*, uma associação empresarial anti-suborno reconhecida mundialmente, e pretende adotar práticas em conformidade com a Lei de Práticas de Corrupção Estrangeira dos EUA e a Lei de Suborno do Reino Unido (que proíbem subornos pagos a funcionários estrangeiros), bem como outras disposições legais neste domínio. As autoridades estão a coordenar com a Organização das Nações Unidas (ONU) uma estratégia abrangente de combate à corrupção em Angola, que poderá incluir o apoio à abertura no país duma agência da ONU de combate à droga, ao crime, à corrupção e ao terrorismo, (FMI, 2021).

Até ao final de dezembro de 2020, 54% dos contratos públicos tinham sido adjudicados por concurso público, excedendo a meta anual de 45%. A fim de melhorar a eficiência do processo de adjudicação, as autoridades estão a expandir o uso do programa de concursos eletrónicos juntamente com a publicação dos Planos Anuais de Aquisição, bem como a aumentar a transparência dos concursos em divulgar de forma transparente as despesas ligadas à pandemia no relatório trimestral de execução orçamental e na auditoria anual da Conta Geral do Estado pelo Tribunal de Contas até outubro de 2021, (FMI, 2021).

O governo continuou a demonstrar o seu empenho na estabilidade macroeconómica e nos objetivos do programa através do sucesso da execução do orçamento para 2020 e até do orçamento de 2021. Os esforços contínuos no sentido da desinflação ajudaram a complementar o progresso orçamental, assim como os novos avanços na agenda das reformas estruturais e do setor financeiro, (FMI, 2021).

A recuperação económica continua a um ritmo brando e Angola não buscou financiamento nos mercados internacionais de capitais. Continuamos empenhados no programa e em medidas apropriadas que estão a ajudar Angola a emergir da crise com sucesso, a manter a estabilidade macroeconómica, e a criar um ambiente que favoreça um crescimento sustentável e inclusivo após a crise, (FMI, 2021).

2.1.2 Evolução do impacto dos choques da Covid-19

O forte compromisso das autoridades angolanas com políticas sólidas no âmbito do acordo apoiado pelo FMI permitiu a Angola atenuar os piores efeitos da pandemia. Com a ajuda do aumento dos preços do petróleo, as autoridades estão a apoiar a recuperação do país mediante a consolidação da estabilidade macroeconómica, enquanto protegem os mais vulneráveis, (FMI, 2021).

Depois de quatro anos de recessão, o choque da Covid-19 provocou uma forte contração da produção em 2020, saldos externos fortemente pressionados e a redução adicional dos rendimentos médios dos angolanos, num contexto de níveis de pobreza que já são elevados. As pressões começaram a diminuir um pouco com o aumento dos preços mundiais do petróleo e a contenção da transmissão da Covid, (FMI, 2021).

Angola está a transitar para uma recuperação gradual do choque da Covid-19 num contexto de elevação dos preços mundiais do petróleo, baixos níveis de infeções notificadas e o início da campanha de vacinação. Os efeitos da pandemia, porém, continuam a fazer-se sentir em toda a economia e na sociedade. As autoridades têm apoiado a recuperação através de políticas sólidas que visam estabilizar ainda mais a economia, criar oportunidades de crescimento inclusivo e proteger os mais vulneráveis da sociedade angolana. O ajustamento orçamental em curso, perante o impacto da pandemia, está a reforçar a sustentabilidade da dívida, o que também permite o aumento das despesas sociais e de saúde. As autoridades passaram a adotar uma orientação da política monetária mais restrita, por causa da inflação persistentemente elevada, (FMI, 2021).

Desde o surgimento da pandemia da Covid-19, o Executivo tem sido bastante rigoroso em buscar o maior equilíbrio na atenuação dos seus impactos sanitários, económicos e sociais. A prioridade tem sido Salvar Vidas, o que tem sido feito com um elevado comprometimento político e com elevada adaptabilidade aos diversos cenários de evolução desta crise e com muita responsabilidade. O país manteve as taxas de

incidência de casos positivos e de morte per capita de Covid19 abaixo das médias globais e do continente africano, (OGE, 2021).

A vacinação contra COVID-19 continua a ser a ferramenta mais eficaz para calibrar a equação “salvar vidas vis-à-vis revitalizar a atividade económica” das economias, e com este Orçamento Geral do Estado preconizamos acelerar o acesso do país às vacinas e atingir uma taxa de vacinação de 95% com o objetivo de preservar os sinais de vitalidade que a economia angolana nos mostra em 2021, perspetivando-se uma taxa de crescimento de 0,2%, depois de passar por cinco recessões sucessivas, (OGE, 2021).

O número de novos casos e mortes permaneceu limitado (em comparação com os países vizinhos), mas aumentaram em abril de 2021 (140 novos casos e 2 mortes por dia em média) e as medidas de contenção foram reforçadas. O governo esteve a intensificar a sua campanha de vacinação através de doações do governo chinês (200 mil doses), do sistema COVAX (12,8 milhões de doses) e compras da Sputnik V (6 milhões de doses). Até ao final de abril, foram vacinadas cerca de 500 mil pessoas, (FMI, 2021).

2.1.3 Investimento do Executivo para o Sector Social em 2021

Em 2021, o orçamento anual autorizado, para execução das despesas, cifrou-se no valor de Kz 14,7 biliões. As despesas do sector social foram estimadas em Kz 2,8 biliões. Estas despesas incluem: os gastos com **a Educação, Saúde, Proteção Social, Habitação e Serviços Comunitários, Recreação, Cultura e Religião e Proteção ambiental**, (OGE, III Trimestre 2021).

No I Trimestre de 2021, o sector com maior orçamento e execução foi o Sector Social, com uma execução na ordem dos Kz 465,9 mil milhões, que equivale a 16% do valor previsto, representando 35% da despesa total autorizada. No Sector Social, a despesa com maior orçamento atribuído trata-se do Sector da Educação, tendo sido autorizado cerca de Kz 1 bilião e, no trimestre em análise, foi executado Kz 155,3 mil milhões, que demonstra uma execução de 15%, (OGE, I Trimestre, 2021).

O **sector da educação** executou despesas na ordem dos Kz 202,3 mil milhões, perfazendo uma taxa de execução da despesa de 20%, do valor anual estimado. Deste valor, destacam-se as funções do ensino primário, secundário e superior, com execuções

na ordem dos Kz 77,3 mil milhões, Kz 98,3 mil milhões e Kz 19,9 mil milhões, respetivamente, (OGE, III Trimestre 2021).

No III Trimestre de 2021, **o sector da Saúde** realizou despesas na ordem dos Kz 156,7 mil milhões, perfazendo um grau de execução de 18% face ao valor anual autorizado. Deste valor destacam-se, a execução dos projetos no âmbito dos serviços de saúde pública, serviços hospitalares especializados e serviços hospitalares gerais, com execuções na ordem dos Kz 63,4 mil milhões, Kz 34,2 mil milhões e Kz 52,8 mil milhões, respetivamente, (OGE, III Trimestre 2021).

O sector de proteção social executou despesas na ordem dos Kz 50 mil milhões, perfazendo apenas 8% de execução face ao valor anual autorizado. Deste valor destacam-se os sectores dos outros serviços de protecção social, habitação e sobrevivência, com execuções na ordem dos Kz 37,8 mil milhões, Kz 7,4 mil milhões e Kz 3,9 mil milhões, respetivamente.

No III Trimestre de 2021, o sector de Habitação e Serviços Comunitários, realizou despesas na ordem dos Kz 97,2 mil milhões, perfazendo a uma taxa de execução de 24%, relativamente a despesa anual autorizada. Deste valor, destacam-se as despesas realizadas no âmbito do abastecimento de água, infra-estrutura urbana e saneamento básico, com valores na ordem dos Kz 33,1 mil milhões, Kz 32,9 mil milhões, e Kz 18,4 mil milhões, (OGE, III Trimestre 2021).

O sector de recreação, cultura e religião, executou despesas na ordem dos Kz 10,5 mil milhões, evidenciando uma taxa de execução de 18%, face ao valor anual autorizado. Deste valor, destacam-se os serviços de difusão e publicação e os serviços recreativos e desportivos, com execuções na ordem dos Kz 8 mil milhões e Kz 1,6 mil milhões, respetivamente, (OGE, III Trimestre 2021).

O sector de proteção ambiental executou despesas na ordem dos Kz 572 milhões, com uma execução na ordem dos 5%, face ao valor total anual estimado. Neste sector estão incluídas as despesas com investigação e desenvolvimento em proteção do ambiente, com uma execução na ordem dos Kz 473 milhões. Essas despesas estavam associadas ao projeto de implementação e operacionalização do observatório de alterações climáticas, no âmbito do programa de Alterações Climáticas, o projeto de prevenção e monitorização de queimadas, no âmbito do programa de Prevenção de riscos e proteção ambiental, (OGE, III Trimestre 2021).

No período em apreço, o sector com maior execução foi o Sector Social, com uma execução na ordem dos Kz 1,1 biliões, equivalendo uma execução de cerca de 43% do valor orçamentado, e representando um peso percentual de 42,5% sobre a despesa total executada. No Sector Social, as despesas com maior execução incidiram sobre os sectores de Habitação e Serviços Comunitários, Saúde e Educação, com execuções na ordem dos Kz 521,1 mil milhões, Kz 287,9 mil milhões, e Kz 236,5 mil milhões, respetivamente. Estes sectores representavam uma taxa de execução face ao valor anual orçamentado de 65%, 35% e 31%, respetivamente, (OGE, IV Trimestre, 2021).

Em 2021, o orçamento anual autorizado, para execução das despesas, cifrou-se no valor de Kz 14,7 biliões. As despesas do sector social foram estimadas em Kz 2,8 biliões. Estas despesas incluem: os gastos com a Educação, Saúde, Proteção Social, Habitação e Serviços Comunitários, Recreação, Cultura e Religião e Proteção ambiental, (OGE, IV Trimestre, 2021).

No ensino primário, destacam-se as despesas realizadas no programa de Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário, para o projeto Relatório de Execução do OGE IV Trimestre de 2021 de elaboração e edição de manuais escolares, cuja despesa totalizou cerca de Kz 14,4 mil milhões, sendo adquirido junto de diversos fornecedores locais, (OGE, IV Trimestre, 2021).

No ensino secundário, cerca de 90% do valor executado destinou-se a despesas com pessoal e bens e serviços. Porém, foram também executadas despesas no âmbito do PIIM, para construção e apetrechamento e reabilitação de escolas, centros de formação e outras, executadas no ordenador do Projeto de Investimento Público, (OGE, Relatório de Execução Trimestral do OGE, IV Trimestre, 2021).

Relativamente ao ensino superior, do valor total, cerca de Kz 9,1 mil milhões foram destinados a atribuição de bolsas de estudos internas e externas para os estudantes angolanos, dentro e fora de Angola. Destaca-se ainda a realização de despesa na ordem dos Kz 1,2 mil milhões, alocados à construção do Campus Universitário de Cabinda, no âmbito do PIIM, (OGE, IV Trimestre, 2021).

2.1.4 Orçamento para o Sector Social em 2022

O Orçamento Geral do Estado para 2022 está avaliado em cerca de Kz 18 745,3 mil milhões, representando um aumento de 26,8% relativamente ao OGE 2021. Quando comparado com as perspetivas de fecho da execução do orçamento corrente, esta proposta orçamental traduz um aumento de 11,2%, (OGE, 2021).

Neste orçamento, o Sector Social absorverá 38,8% da despesa fiscal primária, correspondendo a 19,02% da despesa total e a um aumento de 27,1% face ao OGE 2021. Neste sector destaca-se a Educação, a Saúde, a Habitação e os Serviços Comunitários e a Proteção Social, com pesos de 13,5%, 9,9%, 7,4% e 7,0% na despesa fiscal primária, respetivamente, (OGE, 2021).

O compromisso para com o sector social é o de dar continuidade ao asseguramento da concretização dos objetivos de desenvolvimento integral do país, bem como promover uma distribuição equilibrada dos recursos tornando cada vez mais o Orçamento sensível ao género, (OGE, 2021).

O Executivo angolano tem desenvolvido programas de intervenção social de acordo as despesas do sector, dentre eles há o Programa Indicativo Plurianual (PIP), desenvolvido pelo Estado Angolano, a União Europeia, o Banco Europeu de Investimentos e outros doadores internacionais, neste programa é disponibilizado apoio dos participantes para a melhor aplicação das políticas angolanas.

2.2 Cooperação Internacional e da União Europeia

A União Europeia é vista como um parceiro importante na melhoria do ambiente empresarial através de formação e capacitação (a compensação pela insuficiência de competências dos trabalhadores tem um custo elevado para as empresas), no reforço do quadro legislativo, na melhoria dos recursos humanos e materiais nas instituições públicas, bem como a resolução da elevada dívida pública, (PIP, 2021).

Desde 2012 a UE tem gozado de um diálogo privilegiado de alto nível com Angola através da parceria “Joint Way Forward”, esta visa levar a relação para além da cooperação para o desenvolvimento, para uma parceria mais política. O contexto continua favorável, mas a janela de oportunidade é limitada. O Governo chefiado pelo Presidente da República de Angola João Lourenço, em funções desde 2017, iniciou uma série de

reformas transformacionais no sistema político-administrativo, social e económico, marcando uma nova era da história do país, (PIP, 2021).

Faltando alguns meses antes das eleições gerais, previstas para o verão de 2022, há ainda muito para fazer, contudo, está em vigor a importante legislação e há sinais de que as reformas permanecerão no topo da agenda governamental, e das expectativas da população, nos próximos anos. Os programas de Angola para abordar a recuperação económica e enfrentar o impacto da Covid-19, da formalização da economia, da promoção do investimento agrícola e da diversificação económica, da negociação da entrada em acordos comerciais e da expansão da proteção social com vista a gerar empregos, aumentar a produtividade e as exportações, constituem a base do atual Plano do Diretor Municipal (PDM), (PIP, 2021).

2.2.1 Áreas Prioritárias da cooperação

Para ajudar Angola a prosseguir um caminho de desenvolvimento sustentável, a primeira prioridade do PDM é a diversificação económica sustentável. Visa apoiar as reformas económicas em curso da administração do Presidente João Lourenço e a contribuir para a resiliência de Angola, entre outros programas, da promoção do crescimento centrado no emprego, do aumento do valor das exportações das indústrias não petrolíferas/extrativas (atualmente a 6,1% do PIB) e da integração no mercado global, aumentando as suas exportações para os seus vizinhos e para a UE. A percentagem muito elevada de petróleo e produtos afins na composição das exportações angolanas, equivalente a 95% realça ainda mais a necessidade absoluta de diversificação, se Angola quiser entrar numa via de desenvolvimento sustentável e diminuir a sua exposição ao mercado global, (PIP, 2021).

Com base nos programas em curso, o Programa Indicativo Plurianual (PIP) apoiará a implementação de reformas para melhorar a gestão das finanças públicas, incluindo a mobilização de receitas internas essenciais para reforçar o desempenho, legitimidade e responsabilidade do Estado e para alcançar os objetivos socioeconómicos dos cidadãos (incluindo a proteção social). As metas incluem um aumento das receitas governamentais totais em proporção do PIB, a partir do nível de 20% de 2019, (PIP, 2021).

Para apoiar o desempenho do governo de Angola, as organizações destacaram algumas áreas de prioridade, que permitiram o alcançar os seus objetivos, dentre estas

destacamos a diversidade económica sustentável, a governação transparente, responsável, eficaz e o desenvolvimento humano.

2.2.1.1 Diversidade económica sustentável

A primeira área prioritária centra-se na aceleração do **crescimento e na atração de investimento direto estrangeiro**, para apoiar o empenho do governo na diversificação económica e alinhado com os interesses do sector privado e das organizações da sociedade civil discutidos durante as consultas, (PIP, 2021).

Esta prioridade traduz-se na melhoria da vantagem competitiva de Angola através da melhoria das cadeias de valor sustentáveis através de uma agricultura inteligente em termos climáticos que contribua para o aumento da produtividade, segurança alimentar e resultados nutricionais, bem como para maximizar os benefícios da economia circular para aumentar a produtividade e as exportações, para além de reduzir o desperdício e satisfazer a procura de oportunidades de trabalho e de emprego decentes, com especial enfoque nas mulheres e nos jovens, (PIP, 2021).

2.2.1.2 Governação transparente, responsável e eficaz

Para apoiar a **reforma da governação angolana** e a agenda de diversificação económica sustentável, a segunda área prioritária centra-se no apoio a Angola na obtenção de maior transparência, responsabilização e eficiência da governação a nível central e local, (PIP, 2021).

Esta prioridade centra-se na promoção do Estado de Direito, com particular atenção à reforma judicial em curso em Angola (revisão do quadro legislativo, desenvolvimento de capacidades/ recursos humanos, organização e estrutura, digitalização); uma empresa transparente e baseada em regras ambiente, proteção e regulamentação do espaço digital contra abusos e fraudes (incluindo comerciais), (PIP, 2021).

Inclui também um diálogo e atividades operacionais no que diz respeito à luta contra a corrupção, incluindo o reforço do quadro legislativo e o reforço da capacidade das instituições encarregadas de combater a corrupção e recuperar bens em geral e, especificamente, melhorar a transparência e a governação das indústrias extrativas, (PIP, 2021).

2.2.1.3 Desenvolvimento humano

A terceira área prioritária centra-se no **desenvolvimento humano e na investigação**. Estes são fundamentais para capacitar as pessoas, especialmente os jovens, as mulheres e os grupos vulneráveis, para terem um interesse nas suas sociedades, uma oportunidade de uma vida decente, para serem cidadãos ativos e responsáveis, é também essencial para impulsionar a inovação e o conhecimento, (PIP, 2021).

A UE contribuirá para aumentar a competitividade dos estudantes e a sua empregabilidade, quer como funcionários públicos que contribuem para a modernização do Estado, quer no sector privado, de modo a apoiar também as primeiras prioridades. Continuará a investir no Ensino Superior para encorajar o empreendedorismo, a competitividade, a Ciência, a Tecnologia e a Inovação (CTI) e o pensamento crítico. As intervenções apoiarão a investigação científica e a tecnologia das universidades, particularmente relevantes à medida que o país embarca numa reforma transformacional do seu modelo económico, (PIP, 2021).

2.3 Educação Social

A educação permitirá ao país mudar fundamentalmente o mercado de trabalho, que se caracteriza atualmente pela informalidade, baixa produtividade e competências inadequadas. A educação que responde às necessidades do mercado de trabalho aborda a ambição de criar um círculo virtuoso entre melhor educação e melhores resultados educacionais, contribuindo assim para rendimentos mais elevados e para melhoria do nível de vida (e, em última análise, para um sistema fiscal mais sustentável), (PIP, 2021).

Em relação à educação social há muitos enfoques e conceitos que lhe estão relacionados. Creio que se deve entender a educação social como: educação na sociedade, como transmissão dos valores educativos e culturais próprios de uma comunidade; influência da sociedade no indivíduo e influência política para a vida social ou formativa; a educação social como educação não formal, extraescolar e formação social do indivíduo (aquisição de competências sociais); e, ainda, como ação educadora da sociedade e de socialização do indivíduo; como adaptação, prevenção e controlo social; como trabalho social educativo (apoio educativo) as pessoas e os grupos que configuram a sociedade; etc., (Martins, 2013).

É necessário defender uma Educação Social capaz de se tornar transformadora e transformativa. Não só porque deverá romper com aquele carácter mais assistencialista como partir de um olhar que perspetiva o mundo como um lugar mais inclusivo, com pessoas capazes de estarem informadas e com capacidades para intervir. Neste caso, este será o ponto mais importante de toda e qualquer intervenção no âmbito social, isto porque, a mudança só acontece se for participada e construída coletivamente, (Timóteo & Bertão, 2012).

Quanto maior for o nível de educação básica e dos serviços de saúde, maior é o aumento potencial do indivíduo auferir renda e superar a penúria. A pobreza não é apenas uma questão de rendimento, mas que deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm, (Sen, 2010).

A partir do momento que os indivíduos têm capacidade para ter acesso à educação, estes tornam-se mais aptos para o desenvolvimento, quer a nível pessoal quer social, (Sen, 2010).

O facto de os indivíduos serem privados de capacidades elementares, pode conduzir a situações de “morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária e outras deficiências, (Sen, 2010).

Ao pensar em iniciativas para os desempregados torna-se fundamental considerar o desenvolvimento de uma série de competências que vão para além do saber fazer, talvez seja mais importante investir no saber ser e estar. O que torna fundamental a existência de um conjunto de ofertas no campo do desenvolvimento pessoal e social (especialmente para os desempregados de longa duração) para reavivar nestes públicos hábitos e valores sociais esquecidos, estimular para a vontade de aprender, motivar para o emprego e para o empreendedorismo e sobretudo desenvolver o autocontrolo, a autonomia e autossuficiência. Prepará-los não só para a reinserção profissional, mas também para a construção social dos sujeitos. Neste sentido, a educação de adultos não promoverá a letargia, mas sim, poderá servir como alavanca para a cidadania, a integração e a emancipação dos sujeitos, (Mendes, 2011).

2.4 Projeto Social

Quando nos referimos a um projeto de forma genérica, estamos a reportar algo que se espera alcançar numa situação futura, algo a ser construído, portanto, falamos de sonho, visão, desejo de realizar alguma coisa para mudar uma determinada situação. Quando tratamos de projetos sociais não é diferente, pois o seu conceito e conteúdo sempre irão tratar de sonhos, esperanças, desejos de mudança. A diferença é de estarmos a lidar, prioritariamente com ideias e aspirações coletivas, voltadas para a construção do bem comum, (Maciel, 2015).

Os projetos também constituem a possibilidade de expressão e participação no que é público e coletivo, e esse fato se dá num momento de profundas e marcantes transformações das relações entre o público e o privado, passa a constituir uma importante ferramenta de gestão utilizada tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil organizada. A sociedade civil, independentemente da sua heterogeneidade, tem se fortalecido e desenvolvido novas formas de organizações, que possibilitam o protagonismo na ação social, passa a atuar de forma direta nas questões sociais, como também na participação ativa na elaboração de políticas públicas, (Maciel, 2015).

Projetos sociais são uma forma de organizar ações para transformar uma determinada realidade social ou institucional. Projetos são ferramentas (instrumentos) de trabalho, articuladas de forma a melhorar as ações e resultados desenvolvidos por alguma organização, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Um projeto social é uma unidade menor do que uma política e a estratégia de desenvolvimento social que esta implementa. Os projetos contribuem para transformação de uma problemática social, a partir de uma ação geralmente mais localizada no tempo e focalizada em seus resultados. A política pública envolve um conjunto de ações diversificadas e continuadas no tempo, voltadas para manter e regular a oferta de um determinado bem ou serviço, envolvendo entre estas ações projetos sociais específicos. Em geral, são construídos a partir de organizações que têm intervenções sociais de maior amplitude do que os próprios projetos. Também não se desenvolvem sem a formulação de políticas e diretrizes mais amplas, cujas finalidades superam as possibilidades da própria organização. Projetos costumam ter um ciclo de vida determinado e somente podem ter seus objetivos mais gerais alcançados num tempo e com um conjunto de iniciativas superiores aos seus limites, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

A sociedade atual é caracterizada por mudanças muito rápidas, os alunos são constantemente expostos a um grande número de informações, nomeadamente a nível das novas tecnologias o que exige deles um novo perfil. O trabalho com projetos muda o enfoque da sala de aula do professor para o aluno, da informação para o conhecimento, da memorização para a aprendizagem. Divide responsabilidades e tarefas e equilibra teoria e prática, (Castro, 2013).

3 Metodologia

3.1 Metodologia para implementação do projeto social

A metodologia é um termo que está normalmente associado ao campo da investigação científica. No caso dos projetos sociais, esta palavra assume um sentido bem mais amplo, que pode ser traduzido pelas expressões “maneira de agir”, “modo de proceder” ou, de forma mais poética, pela palavra “caminhos”, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Na metodologia também devem aparecer as formas pelas quais se dará a participação das organizações e dos indivíduos parceiros na ação. Isto inclui clareza sobre os estatutos jurídicos das parcerias institucionais: se já existe ou será firmado um convênio entre as organizações envolvidas; se ocorrerá a criação uma cooperativa; definição das regras e contratos que irão reger as relações dos grupos executores com os organismos financiadores. Inclui, também, a definição legal dos vínculos a serem estabelecidos com os indivíduos participantes: trabalho voluntário, trabalho cooperativo, trabalho assalariado, participação eventual, participação permanente; e definição a respeito dos direitos desses participantes sobre os resultados da ação: direitos autorais, direitos de registro de descobertas científicas e tecnológicas, direitos sobre resultados financeiros etc., (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Deve-se relatar, resumidamente, o modelo teórico utilizado, explicitar as rotinas e as estratégias planejadas, as responsabilidades e compromissos assumidos, como o projeto vai se desenvolver, todos os envolvidos e o nível de participação/responsabilidade de cada um, (Cury, 2001).

A metodologia de projetos revela-se então uma possibilidade educacional que envolve afetividade, ensino e aprendizagem, uma vez que permite o trabalho em grupo, cria condições para que os alunos desenvolvam a confiança na própria capacidade de

aprender e de tomar decisões, de fazer escolhas apropriadas na vida. Possibilita praticar o ouvir, o falar e o refletir sobre fatos; defender pontos de vista de forma apropriada; tomar decisões para concretizar objetivos; ser fiel aos compromissos e servir de exemplo, (Castro, 2013).

Um exemplo de projeto de capacitação profissional de jovens e adolescentes, as informações poderão ser obtidas de várias fontes e de muitas formas, entre as quais (Cury, 2001), destaca:

- Entrevistas ou reuniões de grupos (também chamadas oficinas, grupos focais): ocorre com empresários, trabalhadores e especialistas da área, para conhecer as demandas do mercado de trabalho, o perfil do trabalhador requerido, os nichos inexplorados do mercado de trabalho, as parcerias possíveis para viabilizar o projeto de capacitação profissional e a inserção futura dos alunos no mundo do trabalho, seja como empregados, profissionais autônomos, ou empreendedores de pequenos negócios produtivos;
- Reuniões de grupos com o público-alvo: serve para refletir sobre suas histórias de vida, sobre sua relação com o mundo do trabalho, suas expectativas e demandas relativas às novas habilidades que espera adquirir para se inserir no mercado de trabalho. É recomendável aproveitar essas reuniões para refletir também sobre os modos de divulgação e seleção dos futuros alunos;
- Reuniões da própria equipe da organização: serve para refletir sobre os dados pesquisados e desenhar o projeto a partir das várias opções surgidas e da análise de seu potencial e de sua viabilidade.

Neste formato o aluno de mestrado deverá desenvolver um trabalho de âmbito aplicado que integre as competências e os conhecimentos adquiridos ao longo do curso tendo em vista a apresentação de soluções ou recomendações sobre problemas práticos da área de conhecimento do curso. Surge, tipicamente, como resultado de um problema concreto com o qual o aluno se depara no âmbito da sua atividade profissional. Convém realçar que apesar da sua componente prática e orientada para a resolução de problemas organizacionais concretos também é necessário que sejam dados o enquadramento teórico e a justificação metodológica. Deste modo, a abordagem ao problema deverá ser feita baseada em literatura e seguindo uma abordagem técnico-científica, (ISEG, 2012).

A pesquisa bibliográfica para a literatura científica, baseada em factos anteriormente identificados e relatados por outros investigadores ou autores credíveis, foca-se fundamentalmente em trabalhos publicados em revistas académicas internacionais de reconhecido valor, sujeitos a revisão anónima e muito cuidada por parte de especialistas na área. Livros e artigos publicados em conferências académicas ocupam um lugar secundário, embora importante, em termos de relevância para sustentar as afirmações, (ISEG, 2012).

4 O Projeto “ANEFA”

4.1 Conceito

O projeto ANEFA tem o intuito de capacitar os jovens e adultos da área rural e torná-los executivos, de forma a fomentar a participação dos mesmos para o crescimento e desenvolvimento social. Pretende-se que os cidadãos adquiram o conhecimento diversificado de bases empresariais que poderão ser aplicados em todos os sectores da economia angolana com a criação de projetos, pequenas e médias empresas.

A **Associação Nova Esperança para as Famílias Angolanas**, vai estimular a criação de projetos, pequenas e médias empresas de acordo com a necessidade local, ou seja, os membros das famílias que farão parte do projeto, terão a responsabilidade de inovar e levar um novo conceito para a sua comunidade. Tem como público-alvo adultos com idade compreendida entre os 18 e 40 anos, residentes da área rural e que comprovem a falta de subsistência financeira da sua família.

Pretendemos descentralizar o mercado de trabalho, de forma a conceder formações profissionais nas áreas que há uma intervenção reduzida no mercado de trabalho angolano, com isso pretendemos que haja um equilíbrio e estímulo para criação de novos postos de trabalho, com a implementação de novos serviços na área rural. Além de passarmos o conhecimento, pretendemos estimular o surgimento de cidadãos ativos, a inovação e o crescimento industrial.

A formação profissional terá uma duração de 170h às 300h, o tempo da formação varia de acordo ao resultado do diagnóstico das necessidades locais e dos formandos (literacia), a base principal dos conteúdos é de Gestão e Marketing, com o intuito de levar a inovação para a área rural, com o conteúdo teórico e prático de Gestão e Informática (77h), Contabilidade e Finanças (45h), Marketing Digital (45h), Criação de Projetos (45h), esperamos formar turmas de 30 à 45 formandos.

As formações serão adaptadas de acordo a necessidade local, por isso temos nos objetivos específicos identificar, que consiste na identificação do recurso ou serviço que agrega valor a comunidade, o ponto chave para impulsionar o reconhecimento e crescimento da comunidade local, a identificação dos formadores ou entidades formadoras.

Desenvolvemos acordos com instituições formadoras locais e internacionais, com a finalidade de capacitarem os membros das famílias que não beneficiam de condições para a inclusão académica e com instituições empregadoras, de modo a obterem oportunidades de emprego ou estágios. Também fornecemos recursos que permitem a criação de pequenos negócios para prestação de serviços.

Por causa da necessidade, a comunidade angolana já cresce a desenvolver algum tipo de negócio, não para uma cadeia de crescimento empresarial, mas para um meio de sustentabilidade. O projeto surge para acrescentar valor social e inovação dos negócios das famílias da zona rural, de forma que tenham uma outra perspetiva e que possam obter um crescimento financeiro.

Com isso pretendemos que haja um crescimento do ciclo financeiro a nível local, deste modo diversas famílias serão beneficiadas.

É necessário que os diversos grupos sociais sejam envolvidos na identificação dos problemas existentes, na definição de prioridades, na formulação de estratégias de ação e nos exercícios de avaliação do projeto. Este esforço é essencial para que a população se aproprie do conhecimento que já existe a respeito de sua realidade (fontes de dados e resultados de pesquisas disponíveis), mas também para que aprenda e incorpore novas formas de produzir tal conhecimento, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Também realizaremos eventos coletivos para a educação da comunidade rural, serão realizados para incluir outros adultos que estejam interessados em aprender, no modelo de Workshop, para que possam compreender a importância do conhecimento e a valorização dos recursos locais, nestes eventos os formandos hão de partilhar a sua experiência (sobre o antes e o depois de serem alcançados pelo projeto), deste modo haverá uma continuidade do projeto. Também promovemos a valorização da cultura, com uma feira de emprego associada a cultura.

Importa referir-se que as formações serão acompanhadas de subsídio familiar (subsídio família, alimentação, transporte e material de apoio a formação) num total de 100.000kz mensais que é equivalente a 218,53€.

O desenvolvimento do projeto é obrigatório de modo que os formandos correspondam a uma ou várias necessidades locais, sem ignorar os conhecimentos pré-existentes sobre a agricultura ou agropecuária, queremos otimizar o sistema e potencializar o seu crescimento.

A ANEFA terá um espaço físico como sede para o tratamento das questões administrativas, mas os formadores serão deslocados até a área rural e o local para a realização das formações serão coordenados com os administradores locais (soba), nós levaremos o equipamento necessário, como por exemplo uma tenda de precaução para as formações. De acordo as diversas patologias e questões com as quais vamos nos deparar como a falta de água potável, temos a necessidade de ter um médico a acompanhar a equipe de trabalho e o mesmo também servirá para assistência social na comunidade.

4.2 Fases de implementação

Por mais que um projeto queira transformar determinada realidade através da promoção de mudanças na forma de pensar e agir das pessoas, é fundamental que haja o reconhecimento e respeito às representações e saberes próprios ao universo cultural das populações envolvidas, sob pena do projeto não atingir seus objetivos, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Não pretendemos invadir e nem mudar de forma radical a realidade das comunidades da área rural, mas com a participação deles, queremos levar um novo conceito e permiti-los desenvolver e crescer a nível social, ou seja, despertar as suas mentes para a nova era tecnológica.

Para a implementação do projeto e alcance dos resultados esperados, passaremos por algumas etapas:

- Reunião com os administradores locais (sobas): com o intuito de dar a conhecer o projeto, para a comunidade ser preparada;
- Visita e conversa com as famílias: de modo a interpretarmos as necessidades e confirmarmos as informações reportadas, essas informações nos permitirão criar a ideia do projeto que será desenvolvido pelos formandos, também aproveitamos inscrever os indivíduos aptos;

- Formação e projeto: nesta etapa começamos a passar o conhecimento e a preparar o projeto;
- Concretização dos projetos e vínculo de sócios: aos indivíduos que se tornam trabalhadores, ou fundadores de um projeto, serão obrigados a serem sócios e contribuir com uma quota, para a continuidade da ANEFA;
- Acompanhamento e fiscalizações dos projetos (pequenas e médias empresas).

Exemplo do nosso trabalho: Numa comunidade em que não haja um posto médico e que seja a maior necessidade, os formandos estarão a desenvolver um projeto “Centro de Saúde”, junto dos formadores poderão identificar os profissionais na área existentes dentro da comunidade, farão o levantamento dos equipamentos necessários e a elaboração de toda estrutura para trabalharem com o centro.

4.3 Missão

Contribuir para desenvolvimento de pessoas, organizações e serviços da área rural. Com formações profissionais e criação de projetos que promovam o desenvolvimento da comunidade.

4.4 Visão

Ser uma Associação de referência, inovadora e como entidade de excelência na formação profissional e de desenvolvimento social.

4.5 Valores

Respeito e Liberdade: criamos uma relação com a comunidade com base na sua realidade e transparência;

Inovação e criatividade: de forma a conceder respostas que ultrapassam as expectativas da comunidade da área rural;

Formação e Projetos que visam o desenvolvimento: capacitamos e ajudamos os membros da comunidade a desenvolverem produtos/serviços que necessitem.

4.6 Logotipo



4.7 Descrição do Serviço

Serviço A- Formação Profissional

Serviço B- Assistência Social

4.8 Público Alvo

Indivíduos com idade compreendida entre os 18 e 40 anos;

Residentes da área rural;

Membros de famílias carentiadas, sem uma renda mensal fixa.

4.9 Objetivo do Projeto: Geral e Específicos

No objetivo geral procura-se apontar para uma transformação mais ampla, relacionada com a missão da organização proponente. Esta mudança é denominada pela literatura especializada de “impacto do projeto”. Não é somente através do projeto que ela é alcançada, mas sim através de um conjunto de fatores e intervenções. Portanto, é comum que o objetivo geral tenha uma redação abstrata, ainda pouco vinculada a ações ou resultados efetivos que se quer chegar pelo próprio projeto, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Os objetivos específicos, por sua vez, são de caráter operacional. Os objetivos específicos apontam para os resultados concretos do projeto. São questões que podem ser alcançadas a partir do próprio projeto, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Os objetivos específicos apontam para os resultados concretos do projeto. São questões que podem ser alcançadas a partir do próprio projeto. Em muitos casos, seus resultados podem e devem ser quantificados, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

A Associação Nova Esperança para as Famílias Angolanas, tem como objetivo geral o de capacitar mais de 50% dos representantes das famílias angolanas, residentes da área rural, de forma a promover a inclusão no mercado de trabalho e incentivar a procura pelo conhecimento, no período de duração do projeto. Também com o intuito de tornar os cidadãos ativos e permiti-los contribuir para o desenvolvimento da sua região com projetos inovadores.

A ANEFA pretende alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as famílias e as suas necessidades;
- Capacitar os jovens/adultos para uma participação ativa;
- Promover práticas de inclusão;
- Estimular a importância da contribuição da comunidade para o desenvolvimento local;
- Conceder esperança em projetos que aumentem a qualidade de vida na área rural.

4.10 Meios de Comunicação

A nível local, é muito importante que os projetos tenham o apoio das instituições que atuam junto aos grupos sociais beneficiários. Este apoio é essencial para a criação e manutenção de canais de comunicação entre os grupos envolvidos no projeto, a fim de que as propostas ganhem sustentação, criando-se uma conjugação de esforços na mesma direção, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

A ANEFA usará os seguintes meios de comunicação

- Divulgação pelas redes sociais: para alcançar novos parceiros e investidores;
- Reuniões com os Administradores (Sobas);
- Reuniões com a comunidade local;
- Cartazes nos pontos mais frequentados.

4.11 Quadro de Metas e Ações

O quadro de metas é parte essencial de uma proposta. É o local onde os objetivos específicos se traduzem em ações e resultados. Pode-se dizer que ele completa a tarefa, iniciada nos objetivos, respondendo o que se quer de um projeto e onde se pretende chegar. A partir da nossa experiência, existem três elementos que devem ser priorizados:

ações, indicadores de resultados e meios de verificação, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

As ações, também chamadas de ações estratégicas, operações, atividades ou ações são o conjunto de atividades práticas que respondem, para cada objetivo, à demanda ou ao desafio que a proposta torna explícita. É importante lembrar que cada objetivo específico será trabalhado a partir de um conjunto de ações. Da mesma forma que não se alcança um objetivo geral sem a existência de objetivos específicos, também um objetivo específico necessitará ser respondido a partir de um conjunto de ações. Por isso mesmo, é útil que no quadro de metas sejam colocados, na primeira coluna, os objetivos específicos, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Quadro de metas da ANEFA, segundo (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Objetivos específicos	Atividades	Metodologia	Resultados	Recursos Físicos
Identificar as famílias e as suas necessidades; Capacitar os jovens/adultos para uma participação ativa; Promover práticas de inclusão; Estimular a importância da contribuição da comunidade para o desenvolvimento local;	Visitar as famílias e as representações locais; Dar a conhecer o projeto perante a comunidade; Selecionar os participantes e as famílias beneficiadas; Formação profissional e	Entrevistas e análise dos documentos fiscais; Divulgação do projeto através das administrações locais (Sobas/Reis); Formações participativas e com abertura de diálogo;	Contribuir para o surgimento de novos produtos/serviços; Reduzir o nível de desigualdade social; Valorização do mercado de trabalho na zona rural; Aumentar o nível de conhecimento dos participantes;	Computadores, Impressora, Projetor; Sala equipada para formação; Quadro, marcadores;

<p>Conceder esperança e aumentar a qualidade de vida na zona rural.</p>	<p>elaboração de projetos;</p> <p>Concessão do subsídio familiar.</p> <p>Reuniões com os membros da comunidade, para os participantes partilharem o conhecimento obtido;</p> <p>Feira da cidade (com o lançamento do projeto e atração de visitantes).</p>		<p>Desenvolvimento de novos projetos por iniciativa da sociedade;</p> <p>Projetos adaptados a realidade da comunidade;</p> <p>Aumento da qualidade de vida.</p>	
---	--	--	---	--

Quadro de metas 1

4.12 Equipe e Parcerias

Poderíamos definir parceria como um trabalho conjunto, realizado por atores sociais diferentes para um fim de interesse comum. As organizações sociais são, por sua natureza, diferentes das organizações governamentais. Atores da sociedade civil, seus interesses são sociais, não institucionais. Além disso, são atores que, situados dentro da sociedade civil, constituem somente uma parte dela, (Cury, 2001).

Mesmo em um trabalho parceiro entre organizações de mesma natureza, a diversidade estará presente. O universo das organizações não-governamentais não é homogêneo. Se somos todas organizações privadas com fins públicos, se somos todas integrantes de um terceiro setor, somos também entidades pertencentes a um universo que traz a marca da diversidade, não somos uma realidade objetiva, mas uma possibilidade de vir a ser; não somos uma sólida estrutura, mas um poderoso processo dinâmico, (Cury, 2001).

Se, em alguns momentos, é preciso ceder em benefício de um objetivo comum, já que parceria pressupõe interesses e responsabilidades recíprocas, é importante não perdermos de vista nossa identidade. Manter nosso papel, nossa autonomia é pressuposto primeiro para uma ação parceira, (Cury, 2001).

A ANEFA procura parcerias com empresas privadas com o intuito de disponibilizarem formadores para instituições formadores, para empresas de outros setores que tenham a responsabilidade social, a parceria é com o objetivo de termos vagas para estágios, oportunidade de emprego, financiamento (para projeto dos formandos).

Também com entidades públicas como os administradores e sobas de forma a conhecermos a história da comunidade e termos maior aproximação. Com o Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) que tem políticas públicas e um orçamento para programas destinados ao sector social.

A equipe de trabalho será formada pelos membros da Associação, o co-requerente do projeto “Associação Portuguesa (Right Challenge) e futuramente pelos sócios.

Inicialmente a equipe de trabalho da ANEFA será formada por:

- Gestor
- Motorista
- Contabilista
- Advogada
- Médico
- Formadores

4.13 Cronograma

O cronograma é um poderoso auxiliar tanto no planeamento quanto no monitoramento do projeto, pois com ele visualizamos o todo das atividades no tempo, suas interdependências, seu desenvolvimento, seus resultados, e podemos ir identificar possíveis desvios em relação ao planeado, o que possibilita uma correção de rota ainda durante o desenvolvimento do projeto, (Cury, 2001)

Planear as atividades de um projeto é não só definir quais as ações e procedimentos necessários para alcançar os resultados desejados, mas também programar o tempo e a sequência em que se desenvolverá cada uma dessas atividades. Um bom instrumento para isso é o *cronograma*, um instrumento simples e útil para identificar as ações no tempo, estimar o tempo em relação aos recursos, visualizar a possibilidade de algumas ações acontecerem em paralelo e, por último e mais importante, verificar a relação de interdependência entre elas, (Cury, 2001).

Também é possível, no cronograma, usar períodos de tempo, sem mencionar datas. Ou seja, não se coloca um mês específico para o início do projeto, e sim a marcação de “mês 01”. Isto evita que a implementação do projeto comece desfasada em relação à proposta, pois é muito comum que um grupo não consiga dimensionar com exatidão o período de negociações normalmente maior do que o previsto, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

O plano de ação será elaborado de acordo com o seguinte modelo da UE:

Ano 1													
	Semestre 1						Semestre 2						
Atividade	Mês 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Organismo de execução
Estudo de campo	Estudo de campo												Co-requerente e/ou entidade afiliada
Contacto com parceiros				Contacto com parceiros									Co-requerente e/ou entidade afiliada
Contacto com as famílias e inscrições					Contacto com as famílias e inscrições								Co-requerente e/ou entidade afiliada

Formações Profissionais											Formações Profissionais								Co-requerente e/ou entidade afiliada	
Eventos (Feiras e Workshop)																			Eventos (Feiras e Workshop)	Co-requerente e/ou entidade afiliada

Plano de Ação 1

Para os anos seguintes:									
Atividade	Semestre 3	4	5	6	7	8	9	10	Organismo de execução
Exemplo	Exemplo								Exemplo
Contacto com as famílias e inscrições.	Contacto com as famílias e inscrições.								Co-requerente e/ou entidade afiliada
Formações Profissionais		Formações Profissionais	Formações Profissionais	Formações Profissionais	Formações Profissionais				Co-requerente e/ou entidade afiliada
Eventos (Feiras e Workshop)							Eventos (Feiras e Workshop)		Co-requerente e/ou entidade afiliada

Plano de Ação 2

Duração prevista para realização de cada atividade

Atividades	Tempo previsto (para cada região)
Contacto com Parceiros (Formadores) ou Contratação de Formadores	3 Meses
Estudo de Campo (Reuniões e preparação da comunidade);	1 Semana
Formações e Criação do Projeto	1 Mês
Feira e Workshop	2 Dias

Quadro de Atividades 1

4.14 Orçamento

Uma boa proposta terá um orçamento detalhado, pois somente com o conhecimento das quantidades de cada espécie de recurso é que os possíveis financiadores terão segurança em liberar estes recursos, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Considera-se o que um mesmo projeto pode ser encaminhado para diversas agências de apoio, e que o orçamento deve ser um instrumento capaz de auxiliar a própria equipe do projeto no gerenciamento de suas despesas, o ideal é produzir um orçamento completo e adequado às necessidades do projeto e modificá-lo à medida das exigências dos financiadores, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

Material	Quantidades	Previsão Preços em Euros	Valor (Q*PU)
Computadores	5	300€	1500€
Mesas de Estudo	20	82,41	1648,20€
Cadeiras	50	27,21	1360,50€
Material de Escritório	1	500€	500€
Impressora	1	300€	300€
Divulgação	---	3000€	3000€
Projeter	1	400€	400€
Gerador de eletricidade	1	250€	250€
Tenda para estudo	1	391,14€	391,14€

Equipamentos para o suporte inicial dos projetos comunais	1	10.000€	10.000€
Subsídio Familiar	45 por área	218,53€	5946,20€
Salário Mensal	8	7*700+1000	5900
Gestor	1	1.000€	1000€
Administrador e Financeiro	1	700€	700€
Contabilista	1	700€	700€
Advogado	1	700€	700€
Formadores	2	700€	1400€
Médico	1	700€	700€
Motorista	1	700€	700€
Total			31.196,04

Tabela do Orçamento 1

4.15 Viabilidade do Projeto

A viabilidade de um projeto depende fortemente da sua capacidade de obter os recursos necessários à sua implementação. Sendo assim, faz parte da elaboração de qualquer projeto um levantamento prévio que identifique o tipo e a quantidade de recursos que serão necessários. Também é preciso considerar que as fontes financiadoras têm políticas de ação variadas. Muitas delas dirigem sua atuação para áreas bem específicas. Além disso, as fontes costumam oferecer diferentes modalidades de financiamentos, recursos a fundo perdido, linhas de crédito subsidiado, empréstimos, incentivos fiscais e atuar através de mecanismos diversificados editais públicos, concursos, fluxo contínuo, através de contatos diretos, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

É preciso conhecer os diferentes tipos de fontes financiadoras existentes e, principalmente, identificar quais os condicionantes e procedimentos técnicos específicos de cada uma delas para a solicitação de auxílio. Só assim será possível direcionar o projeto para fontes de financiamento adequadas, nos momentos adequados, (Stephanou, Müller, & Carvalho, 2003).

- **Viabilidade financeira:** O presente projeto será submetido a uma candidatura para os fundos da União Europeia, também esperamos candidatar-se a patrocínios como os da Unitel e apoios dos diversos parceiros empresariais. Depois da implementação, espera-se que cada formando se torne um cidadão ativo, cada um pagará uma quota significativa para contribuir com o crescimento da Associação, a mesma também terá uma renda pelo projeto local e por todos os formandos que virão de parceiros.
- **Viabilidade institucional:** A ANEFA tornar-se-á uma organização de intercâmbio entre os cidadãos que se tornam ativos na área rural e as empresas, também promoveremos os projetos desenvolvidos, concederemos apoio jurídico e contabilístico, com isto esperamos a continuidade do projeto.

Para obtenção de recursos e continuidade do projeto a ANEFA conta com as seguintes estratégias:

Contratos Privados: A ANEFA realiza acordo com instituições privadas de modo a fornece-lhes recursos humanos capacitados e informações que contribuam para o interesse dos parceiros, sendo que estes parceiros deverão contribuir com um montante estipulado em reunião para o financiamento dos projetos, sempre que houver vagas enquadrar os indivíduos que são formados pela ANEFA ou trabalhar diretamente com os projetos/ pequenas empresas desenvolvidas pelos formandos.

Contratos Públicos: A ANEFA realiza acordo com instituições públicas de modo a fornece-lhes recursos humanos capacitados e informações que contribuam para o interesse do estado, esperamos a intervenção do estado angolano para as questões políticas e outras de grande porte, sendo que os projetos visam contribuir para o desenvolvimento local.

Fundos Públicos: O projeto ANEFA inicia com o intuito de trabalhar com os fundos da União Europeia, mas não vamos limitar os financiamentos, continuaremos a pesquisar e candidatar aos fundos que beneficiem o projeto.

Quotas: cada turma deverá desenvolver um projeto, pequena ou média empresa, que terá um apoio jurídico, contabilístico e material (fase inicial) para a implementação e desenvolvimento, cada organização promovida pela ANEFA deverá pagar uma quota, sendo que estes são os principais associados e também pelos associados voluntários.

Formações para outros: A ANEFA também se disponibiliza a formar jovens/ adultos em regiões solicitadas por parceiros, caso identifiquem alguma necessidade, mas o custo da formação será suportado pelos requerentes.

A ANEFA procura por oportunidades e leva a informação com qualidade para os cidadãos que não têm a oportunidade na área rural, acreditamos que nem sempre a oportunidade encontra-se na capital (Luanda), mas que com a formação concedida pela ANEFA cada formando poderá criar oportunidades para a sua comunidade.

5 Formulário de apresentação do pedido de subvenção UE

5.1 Resumo da ação

Designação da ação:	ANEFA
Localização da ação: — <i>especificar o(s) país(es) ou região(ões) beneficiário(s) da ação</i>	Angola (Área Rural)
Duração total da ação (<i>meses</i>):	14 Meses
Financiamento da UE solicitado (montante)	<60.000 Euros >
Financiamento da UE solicitado em termos de percentagem do orçamento total da ação (a título indicativo)	95%
Objetivos da ação	<p><i>Objetivo Geral:</i> capacitar mais de 50% dos representantes das famílias angolanas, residentes da área rural, de forma a promover a inclusão no mercado de trabalho e incentivar a procura pelo conhecimento, no período de duração do projeto.</p> <p><i>Objetivos específicos: Identificar, Capacitar, Promover, Estimular, Conceder.</i></p>
Grupo(s)-alvo ¹	Adultos, maiores de 17 anos.

¹ Por «grupos-alvo» entende-se os grupos/entidades que beneficiarão de forma direta do projeto, a nível dos objetivos do projeto.

Beneficiários finais ²	Famílias privadas de obter a educação, qualidade de vida, emprego e saúde.
Resultados esperados	<p>Promover mais de 30.000 cursos profissionais com direito a estágio, a subsídios de alimentação e transporte;</p> <p>Desenvolver mais de 100 parcerias com instituições formadoras e empregadoras;</p> <p>Promoção a inclusão social;</p> <p>Valorização do conhecimento, como um bem essencial para o melhor desenvolvimento das famílias;</p> <p>Surgimento de novos postos de trabalho;</p> <p>Desenvolver eventos para a promoção dos membros das famílias alcançadas pelo projeto;</p> <p>Maior investimento na área social pelo Executivo Angolano;</p> <p>Estimular a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho;</p> <p>Promover eventos que abram uma visão para as diversas oportunidades de desenvolvimento nas regiões com menos profissionais;</p> <p>Descentralizar o mercado de trabalho, da capital para as diversas províncias;</p> <p>Estimular a capacidade de crescimento;</p> <p>Incentivar a inovação para a criação de melhores condições de vida na região local;</p>
Atividades principais	<p>Reconhecimento dos produtos por região;</p> <p>Reconhecimento das famílias carenciadas;</p> <p>Orientação Social;</p> <p>Formação Profissional;</p> <p>Apoio Financeiro;</p> <p>Parceria com Instituições Públicas e Privadas;</p> <p>Promoção do Empreendedorismo com visão para o desenvolvimento local;</p> <p>Eventos recreativos que promovem a inclusão da comunidade.</p>

Resumo da Ação- UE 1

² Por «beneficiários finais» entende-se os destinatários que beneficiam de um projeto a longo prazo quer se trate da população em geral quer de um setor em sentido lato.

5.1.1 Descrição da ação

O presente projeto é de cariz social com a intervenção específica na educação de adultos, maiores de 17 anos com o contexto aplicado no território angolano, um dos principais objetivos é de fornecer o conhecimento para adultos de forma que se tornem autossustentáveis.

Pretendemos descentralizar o mercado de trabalho, de forma a conceder formações profissionais nas áreas que há uma intervenção reduzida no mercado de trabalho angolano, com isso pretendemos que haja um equilíbrio e estímulo a criação de novos postos de trabalho, com a implementação de novos serviços. Além de passarmos o conhecimento, pretendemos estimular o surgimento de cidadãos ativos, a inovação e o crescimento industrial.

Desenvolvemos acordos com instituições formadoras locais e internacionais, com a finalidade de capacitarem os membros das famílias que não beneficiam de condições para a inclusão académica e com instituições empregadoras de modo a obterem oportunidades de emprego ou estágios. Também fornecemos recursos que permitem a criação de pequenos negócios para prestação de serviços.

Por causa da necessidade, a comunidade angolana já cresce a desenvolver algum tipo de negócio, não para uma cadeia de crescimento empresarial, mas para um meio de sustentabilidade. O projeto surge para acrescentar valor social e de alguma forma financeiro para as famílias da zona rural, de forma que tenham uma outra perspetiva e que possam desenvolver.

A base do projeto é a criação de subprojectos, ou seja, as formações, eventos e as parcerias serão realizadas de acordo com a necessidade local, fazemos o estudo do Mercado e implementamos o que consideramos de mais valia para o Mercado. Com isso, surge a formação profissional de 170h para executivos na área rural.

As formações são definidas de acordo com a necessidade local, por isso temos nos objetivos específicos identificar, que consiste na identificação do recurso ou serviço que agrega valor a comunidade, o ponto chave para impulsionar o reconhecimento e crescimento da comunidade local, a identificação dos formadores ou entidades formadoras.

Com isso pretendemos que haja um crescimento do ciclo financeiro a nível local, deste modo diversas famílias serão beneficiadas.

Realizamos a formação profissional com a duração de 170h, o tempo da formação varia de acordo com o resultado do diagnóstico que os formandos se submetem, a formação é realizada na vertente teórica e prática, os formandos são adultos do sexo feminino e masculino, que são indicados por cada família carenciada.

Os eventos coletivos para a educação da comunidade rural são realizados para incluir outros adultos que estejam interessados em aprender, realizamos no modelo de Workshop, para que possam compreender a importância do conhecimento e a valorização dos recursos locais, nestes eventos os formandos partilham a sua experiência (sobre o antes e o depois de serem alcançados pelo projeto), deste modo haverá uma continuidade do projeto.

Importa referir-se que as formações serão acompanhadas de subsídios familiar (subsídio família, alimentação, transporte e material de apoio a formação) num total de 100.000kz mensais que é equivalente a 218,53€.

5.2 Pertinência da ação

5.2.1 Pertinência em relação aos objetivos/setores/temas/prioridades específicas do convite à apresentação de propostas

O contexto em que se aplica o projeto permite qualificar e capacitar os angolanos, de cidadãos privados da educação para cidadãos executivos da área rural.

Temos como intuito apoiar as famílias privadas de obter a educação, qualidade de vida, emprego e saúde por causa da situação socioeconómica de Angola, de forma a promover a igualdade social e conceder oportunidades.

Na área urbana a taxa de incidência da pobreza multidimensional é de 35% – cerca de uma em cada três pessoas é pobre multidimensional – na área rural cerca de 88% da população vive em pobreza multidimensional, ou seja, quase 9 em cada 10 pessoas. É possível também concluir que a população que vive na área rural experimenta uma maior taxa de intensidade da pobreza, sendo que estas pessoas em média sofrem privações em mais da metade dos indicadores simultaneamente. Com base nesses resultados, e em linha

com o princípio da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” é recomendável adaptar políticas económicas e sociais orientadas a corrigir as desigualdades entre áreas urbanas e rurais, (INE, 2020).

Numa família podem participar até três adultos nas formações, mas o subsídio família não será acrescentado, as famílias deverão comprovar a sua situação social e nós também iremos até a residência comprovar e fazemos o registo das mesmas.

O projeto serve para capacitar jovens/adultos, com a finalidade deles desenvolverem projetos ou pequenas e médias empresas que concedam respostas as necessidades locais. Apesar do projeto ser direcionado para todo território angolano, o nosso foco principal está na área rural por ser a zona com a maior taxa de pobreza.

Esperamos levar inovação e novos conceitos de gestão para o desenvolvimento profissional dos formandos, em contrapartida o crescimento e desenvolvimento da sociedade angolana.

É importante detalhar os pontos de intervenção do projeto:

- ✓ Formação profissional;
- ✓ Estágios profissionais;
- ✓ Criação de novos negócios;
- ✓ Promoção da área rural;
- ✓ Assistência Social;
- ✓ Procura de emprego.

Quanto maior for o nível de educação básica e dos serviços de saúde, maior é o aumento potencial do indivíduo auferir renda e superar a penúria. A pobreza não é apenas uma questão de rendimento, mas que deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm, (Sen, 2010).

Queremos levar a inovação e a tecnologia para a zona rural, espera-se diversificar o sector comercial com as formações profissionais e contribuir para a igualdade social. De forma que todas as famílias tenham a oportunidade de aprender e gerir da melhor forma os seus recursos.

5.2.2 Pertinência em relação às necessidades e limitações específicas do(s) país(s) ou da(s) região(ões)-alvo e/ou dos setores relevantes (designadamente, sinergias com outras iniciativas da UE e ausência de duplicação)

A Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social, segundo a Constituição da República de Angola.

Face a necessidade do povo angolano, o indicador do orçamento de estado para cobrir a assistência social em Angola é bastante reduzido.

O Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) criou políticas públicas e tem um orçamento com programas destinados a proteção social, espera-se que seja um dos nossos grandes parceiros.

Porém a ação tem a intervenção na educação social, com o intuito de fornecer o conhecimento aos principais membros das famílias carenciadas, o vasto conhecimento vai torná-los cidadãos ativos e permitir que contribuam para o desenvolvimento da nação. Para área profissional temos como grande parceiro o MAPTSS (Ministério Administração Pública, Trabalho e Segurança Social).

O MAPTSS tem programas como o Plano de Ação e Promoção a Empregabilidade em colaboração com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que tem o intuito de fornecer apoio técnico que permita a geração de emprego, e o Instituto Nacional do Emprego e de Formação Profissional.

5.2.3 Descrição e definição dos grupos-alvo e dos beneficiários finais, das suas necessidades e condicionalismos e da forma como a ação os abordará

O grupo-alvo deste projeto são adultos que habitam na área rural maiores de 17 anos, membros de famílias carenciadas, sem uma renda fixa.

Os beneficiários finais serão as famílias da área rural privadas de condições básicas relacionadas com a educação, qualidade de vida, emprego e saúde.

A zona rural tem uma administração local conhecida como Soba (“reis”), são responsáveis pelo povo em que lideram, tomam uma posição social e espiritual e são respeitados pelos cidadãos. O nosso primeiro contacto será feito com os Sobas, reconheceremos as informações essenciais e a autorização para trabalhar na área.

Perante a sociedade a nossa abordagem será porta-a-porta, procuramos ter contacto direto com as famílias e registrar as condições em que vivem. Maior parte da área rural em Angola carece de água potável e energia elétrica pois estão em zonas mais secas e com menos infraestruturas.

Os formandos são abrangidos pelo projeto de modo a contribuírem com o crescimento económico da sua família, evolução e promoção de novos postos de trabalho, com isso um desenvolvimento da sua sociedade local.

Mais do que desenvolver a região em termos estruturais como estrada e monumentos que tem sido uma grande dificuldade para o Executivo Angolano, vamos estimular a mentalidade e raciocínio dos cidadãos da zona rural para que eles possam desenvolver e inovar com projetos que estimulem a criação de serviços e novos produtos.

5.2.4 Elementos específicos de valor acrescentado

A família é a base para a constituição de uma sociedade sólida, a educação social vai permitir com que haja uma estabilidade emocional e financeira nas famílias carenciadas.

A aplicação do conhecimento sobre as famílias carenciadas permitirá uma intervenção diferenciada para o crescimento e desenvolvimento local. A busca por melhores condições de vida leva muitos jovens a deslocarem-se para a capital e muitos acabam por se deparar com uma realidade inesperada, não conseguem concretizar os seus objetivos e acabam por morar nas ruas, com o projeto capacitaremos os jovens e levaremos o incentivo para o desenvolvimento de projetos e novos serviços que permitirão criar condições com os recursos locais, isto também vai atrair investidores ou turistas para a região.

Espera-se promover parcerias com instituições privadas e públicas, para a valorização de cada região em que será aplicado o projeto. Os eventos coletivos vão permitir a inclusão de mais cidadãos e terão o intuito de passar conceitos bases para o

crescimento financeiro da sociedade, também a exposição e apresentação dos recursos ou serviços de grande valor que poderão ser explorados.

A promoção da educação social, vai permitir que haja uma ajuda coletiva, além das famílias velarem pela sua sustentabilidade também estarão a alavancar o ciclo financeiro para o desenvolvimento da receita local. Essa valorização vai atrair novos investidores e permitirá a criação de novos postos de trabalho.

A formação pretende formar executivos na zona rural com base de gestão que poderão desenvolver projetos em diversos sectores ou trabalharem por conta de outrem. Com isso a inclusão social e o surgimento de uma visão além da agricultura, mas também para a valorização dos recursos naturais.

6 Conclusão

O presente trabalho teve foco na elaboração de um projeto com a intervenção na área social, destinado para Angola, especificamente na área rural, de forma a reduzir o índice de pobreza originado pela crise económica.

Como foi abordado anteriormente a crise económica em Angola teve origem na falta da diversificação das receitas do OGE, sendo que a economia era dependente do petróleo, este fato gerou um impacto negativo na sociedade com o aumento da inflação e a escassez dos produtos importados. Este acontecimento levou famílias a pobreza extrema com a perda do poder de compra, desemprego, aumento do preço dos produtos e serviços nacionais, sendo que também sofreu um agravamento devido o surgimento da covid-19.

Também constatamos que o Executivo angolano tem elaborado acordos com organizações internacionais e reformas para colmatar esta problemática, dentre as iniciativas o investimento e crescimento do sector não petrolífero, que permite a diversificação das receitas geradas para a recuperação da economia, a transparência com a divulgação dos relatórios do trabalho do Executivo que permite combater a corrupção e o fato de terem aumentado o orçamento e a execução do sector social no OGE e dentro do sector social a maior despesa é para a Educação, ação que permitirá um melhor desenvolvimento social.

De forma geral ainda há um grande trabalho para que haja as mesmas oportunidades em todas as províncias de Angola, como podemos verificar no presente trabalho, há maior privação para aquisição de serviços que promovam uma qualidade de vida na área rural, por isso surge a **Associação Nova Esperança para as Famílias Angolanas** para contribuir com o desenvolvimento social das famílias residentes na área rural, com a educação social, capacitação dos jovens e adultos.

A educação social estimulará a mudança no mercado de trabalho na área rural, preparação para a construção social e também servirá para emponderar os cidadãos da área rural que muitas das vezes são esquecidos.

O conhecedor da terra é o nativo, por isso será ele o maior impulsionador da mudança e do crescimento da sua comunidade, por isso a vertente prática das nossas formações será a criação de projetos, pequenas ou médias empresas, com o objetivo de mudarem a realidade social na área rural.

A participação dos cidadãos é fundamental para o crescimento e desenvolvimento de uma nação, mas é necessário o saber para a obtenção de bons resultados. Com isso a

ANEFA vem valorizar a participação dos cidadãos da área rural como intervenientes fundamentais para o desenvolvimento da sua comunidade.

Espera-se que a juventude não procure oportunidades na área urbana, mas que com a formação profissional e os apoios externos possam criar oportunidades na sua comunidade, para colmatar a pobreza local.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castro, M. G. (2013). *Aprendizagem em Contexto- O Trabalho de Projeto*. Portugal: Politécnico do Porto.
- Cury, T. C. (2001). *Gestão de Projetos Sociais*. Célia M. de Ávila. Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária, Brasil.
- FMI. (2021). *Quinta Avaliação do Acordo Alargado ao Abrigo do Programa de Financiamento Ampliado e Pedido de Modificação dos Critérios de Desempenho*. Washington: Fundo Monetário Internacional.
- Furtado, L. (Novembro de 2020). *A Governance em Angola: Análise da execução da despesa pública e dos indicadores económicos que impactam o IDH no País*. Lisboa, Portugal.
- Hammond, J. J. (Julho de 2011). *The Resource Curse and Oil Revenues in Angola and Venezuela*. Science & Society.
- INE. (2014). *Censo Geral*. Luanda.
- INE. (2020). *Pobreza Multidimensional em Angola*. Luanda.
- ISEG. (Março de 2012). *Guia para Elaboração de Trabalho Final de Mestrado*. Lisbon School Of Economics & Manegement, Portugal.
- Kossengue, H. (Junho de 2018). *A Crise Económica Angolana e o seu Impacto nos contratos privados a luz do artigo 437º*. Lisboa, Portugal.
- Maciel, W. L. (2015). *Projetos Sociais*. Brasil: Unisul Virtual.
- Martins, E. C. (2013). *A Pedagogia social/ Educação social nos meandros da comunidade e da Escola*. Escola Superior de Educação de Castelo Branco.
- Mendes, I. (2011). *Formação para Desempregados: Uma Obrigação Oportuna ou uma Oportuna Obrigação?*. Porto, Portugal.
- OGE. (2021). *Orçamento Geral do Estado 2022*. Angola: Ministério das Finanças .
- OGE. (1º Semestre de I Trimestre, 2021). *Relatório de Execução Trimestral do OGE*. Angola: Ministério das Finanças.

- OGE. (III Trimestre 2021). *Relatório de Execução das Despesas Sociais do OGE*. Angola: Ministério das Finanças.
- OGE. (IV Trimestre, 2021). *Relatório de Execução Trimestral do OGE*. Angola: Ministério das Finanças.
- PIP. (2021). *Programa Indicativo Plurianual 2021-2027*. República de Angola: União Europeia e os Estados Membros.
- Santos, F. P. (2010). *Constituição da República de Angola*. Angola: Assembleia Nacional.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como Liberdade*. Brasil: Companhia de Letras.
- Stephanou, L., Müller, L. H., & Carvalho, I. C. (2003). *Guia para Elaboração de Projetos Sociais*. Porto Alegre.
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). *Educação social transformadora e transformativa: Clarificação de sentidos*.
- UNICEF. (2018). *A Proteção Social no OGE*. <https://www.unicef.org/angola/media/1506/file/Folheto%20da%20protec%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20Or%C3%A7amento%20Geral%20do%20Estado>.
- Venables, A. J., & Wills, S. E. (2016). *Resource Funds: Stabilising, Parking, and Intergenerational Transfer*. *Journal of African Economies*.